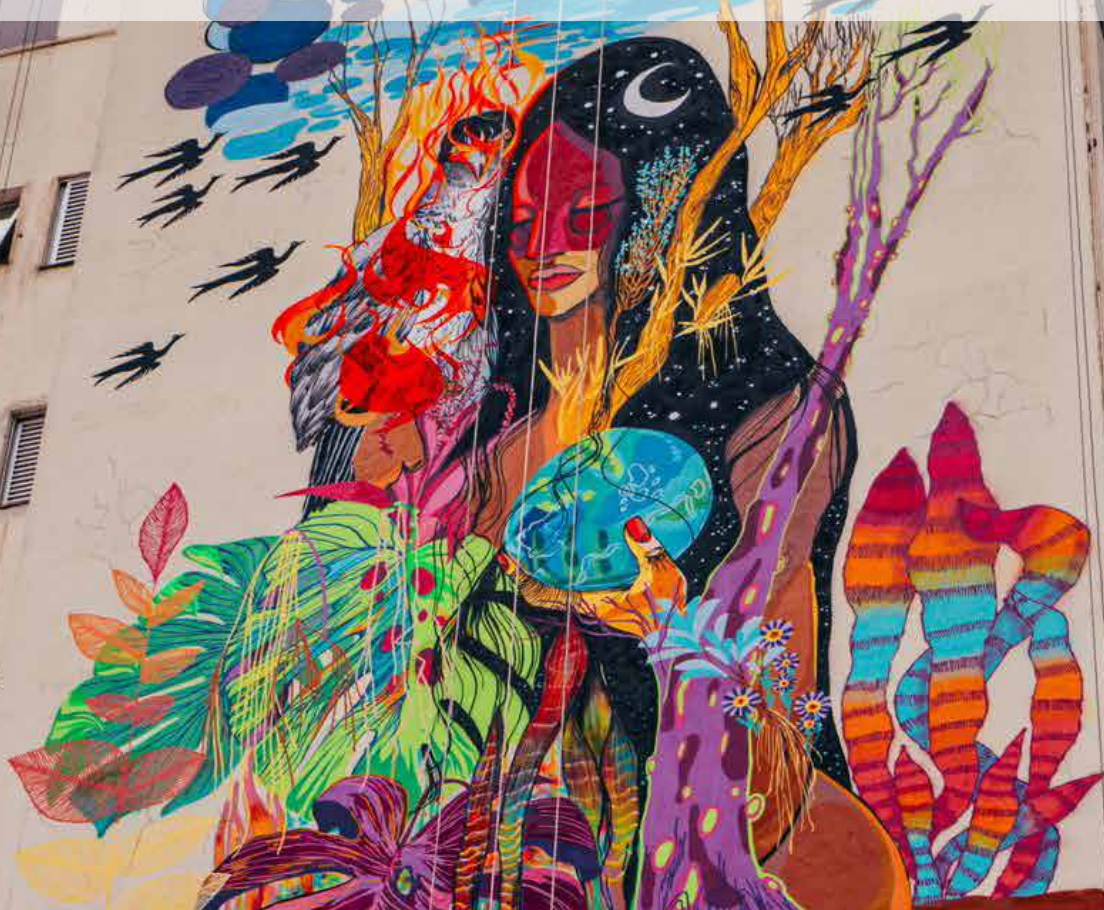


REVISTA



Nº 53 - JANEIRO/FEVEREIRO 2024

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



Mudanças climáticas e o papel das periferias

Tainá de Paula: o futuro do meio ambiente passa pelas periferias

Gilmar Santos: A política deve ser ocupada pelo nosso povo


FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



AGENDA DE LUTAS FEVEREIRO 2024

Mudanças climáticas e o papel das periferias



OBRA ENERGIA SUSTENTÁVEL PARA @ARCELOMITTALBRASIL SEDE IRACEMAPOLIS. OBRA DE DIOGENES MOURA. FOTO: REDES SOCIAIS.

A primeira edição de 2024 da revista Reconexão Periferias traz para o centro do debate um tema que vem to-

mando proporções cada vez maiores no Brasil e no mundo e que afeta particularmente a população pobre e periférica:

as mudanças climáticas. O aquecimento global, a falta de soluções para tratamento do lixo e os projetos de privatização

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE ISAÍAS DALLE, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, LUIZ CAETANO, NAIARA TORRES E VIRGÍLIO GUIMARÃES.

da água que avançam no âmbito do poder Legislativo em São Paulo mostram que esse é um dos principais desafios para este ano.

Como lidar com as enchentes que afetaram em torno de 100 mil pessoas no estado do Rio de Janeiro neste início de ano, deixando 27 mil pessoas desalojadas e outras 927 desabrigadas? E a situação de calamidade que se instalou na Baixada Fluminense, uma das regiões mais afetadas pelas chuvas, onde a população perdeu praticamente tudo o que havia construído ao longo do ano passado? Esse tipo de tragédia anunciada mostra que as principais vítimas da degradação ambiental são as populações periféricas, portanto, elas devem ser ouvidas.

Na *Entrevista*, a secretária municipal do Ambiente e Clima da capital do Rio de Janeiro e também conselheira do projeto Reconexão Periferias, Tainá de Paula, fala sobre os

projetos pioneiros e medidas que estão sendo tomadas para enfrentar os problemas ambientais da Cidade Maravilhosa. E aponta novas formas de lidar com os efeitos do aquecimento global, como o projeto de educação ambiental nas escolas e o envolvimento das populações das periferias no trabalho de preservação de matas e florestas.

Os pesquisadores Ruan Bernardo e Victoria Lustosa Braga apresentam uma análise dos coletivos mapeados dentro do projeto *Reconexão Periferias* que atuam sobre a questão ambiental. E destacam que, apesar das adversidades, essas entidades parecem conseguir manter relações simultâneas com os territórios periféricos, a institucionalidade e o setor privado.

Em seu artigo, a pesquisadora Márcia Mura apresenta a pedagogia da afirmação indígena, que consiste em uma prática baseada nas tradições indígenas que envolvem a

valorização da percepção de mundo indígena, seus modos de ser, de viver, de se alimentar, festejar, celebrar, trabalhar e se curar.

O vereador de Petrolina (PE) Gilmar Santos é o entrevistado da seção *Quando Novas Personalidades entram em cena*. Filiado ao PT há mais de 20 anos, foi eleito pela segunda vez representando o projeto do Mandato Coletivo (PT), com importante atuação nas pautas envolvendo direitos humanos e minorias políticas.

A seção de *Arte* apresenta Diógenes Moura, nascido na periferia de Piracicaba, que tem pesquisado referências de artistas afro-brasileiros, gosta de representar em sua arte o samba, imagens futuristas dos Orixás e tem se debruçado sobre a cultura afro-caipira - muito presente em sua cidade natal.

A edição traz ainda as seções *Agenda* e *Oportunidades*.

Boa leitura! Boas lutas! ■

As periferias e a luta socioambiental: entre o território, a institucionalidade e o setor privado

RUAN BERNARDO DE BRITO E VICTORIA LUSTOSA BRAGA



RUAN BERNARDO. FOTO: SÉRGIO SILVA



VICTORIA BRAGA. FOTO: VINÍCIUS TOLEDO

Há seis anos o Projeto Reconexão Periferias desenvolve o “Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras”¹, um levantamento com quase 1000 organizações sociais das periferias mapeadas por todo o país. As organizações são distribuídas em três eixos temáticos: Cultura, Trabalho e Violência. Essas entidades trabalham com temas e públicos diversos, mas esta pequena análise apresenta dados que se referem às organizações que atuam especificamente com o tema socioambiental.

RUAN BERNARDO DE BRITO É ESTAGIÁRIO PESQUISADOR DAS ÁREAS DE CULTURA E POLÍTICA E VIOLÊNCIA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS

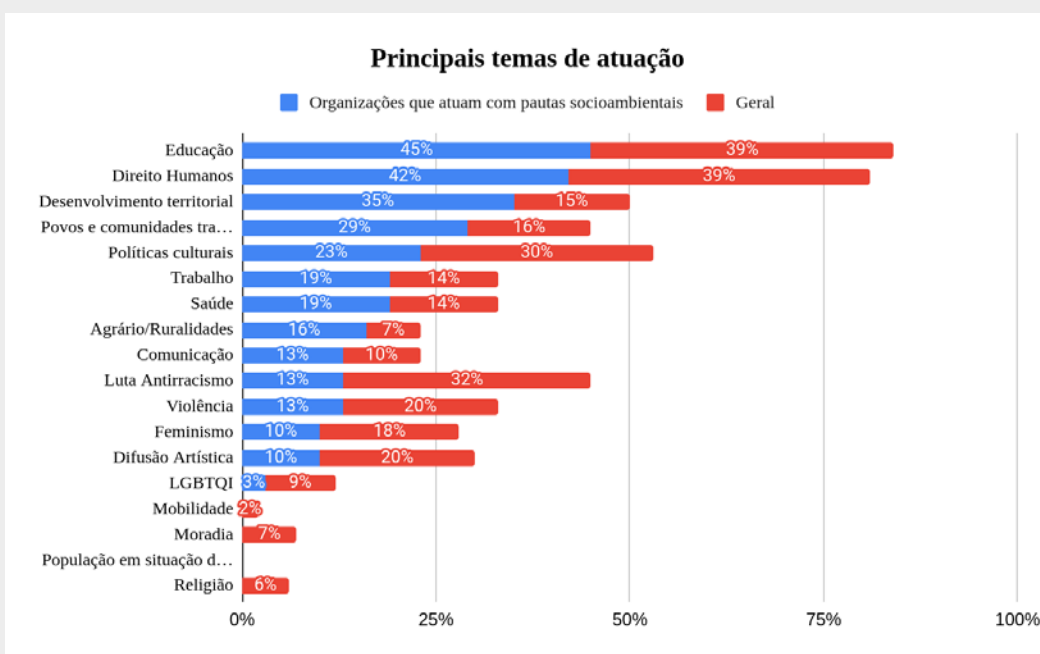
VICTORIA LUSTOSA BRAGA É PESQUISADORA DA ÁREA DE CULTURA E POLÍTICA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS

Entre as 982 organizações do mapeamento, 31 citam meio ambiente e/ou questões ambientais como suas principais bandeiras de luta. Nessa amostra, 26% são coletivos, 19% ONG, 16% institutos, 16% associações, 13% movimentos sociais, 6% coletivos artísticos, e 3% são fóruns. Diferente do restante das entidades mapeadas, não há no banco fundações, cooperativas e sindicatos que lidem com o tema, o

que reflete limitações na metodologia do mapeamento e a necessidade de expandir os contatos com organizações periféricas que atuam nessa pauta. As organizações estão distribuídas em todas as regiões do país. Entre elas, há entidades cujas fundações remetem às últimas décadas do século passado e entidades mais recentes, fundadas nos últimos anos.

Assim como o restante das organizações mapea-

das, os grupos que lidam com questões socioambientais destacam principalmente a atuação com os temas da educação e dos direitos humanos. Porém, enquanto no total de mapeados os temas da luta antirracista e da violência aparecem na sequência dos dois primeiros, nessa amostra o terceiro e quarto temas de atuação mais citados são desenvolvimento territorial e povos e comunidades tradicionais, conforme o gráfico a seguir:



FORTE: MAPEAMENTO DE COLETIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS DAS PERIFERIAS BRASILEIRAS

Essa diferença reflete o público prioritário das organizações da amostra, que são: mulheres negras, comunidades tradicionais, indígenas etc. De acordo com o estudo “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades”² (2022) do Instituto Polis, esses são os grupos que mais sofrem com o racismo ambiental, com as desigualdades territoriais e com desastres ambientais. Conforme Porto e Carmo³ (2023), por conta de necessidades materiais e imateriais e da presença insuficiente do Estado nos territórios periféricos, esses grupos marginalizados passam a

assumir o protagonismo na vocalização de suas demandas por meio da organização de coletivos e movimentos sociais.

De modo similar aos demais mapeados, essas organizações enfrentam diversos cerceamentos, com destaque para o racismo (45%) e o machismo (45%). Esses dados iluminam como desigualdades de raça/cor e gênero são recorrentes mesmo em grupos que trabalham com temas tão diversos. A repressão policial também é frequente (35%). No entanto, as organizações dessa amostra relatam sofrer menos com funda-

mentalismo/intolerância religiosa (26%) e LGBTfobia (23%). No mapeamento de modo geral, 37% das organizações citam fundamentalismo/intolerância religiosa como cerceamentos frequentes e 36% citam LGBTfobia.

Com relação à participação em espaços mais institucionalizados, 68% das organizações dessa amostra relatam participarem ou já terem participado de conselhos de controle e participação social, enquanto esse número corresponde a 53% no geral dos mapeados. Essa diferença sugere um maior interesse e articu-

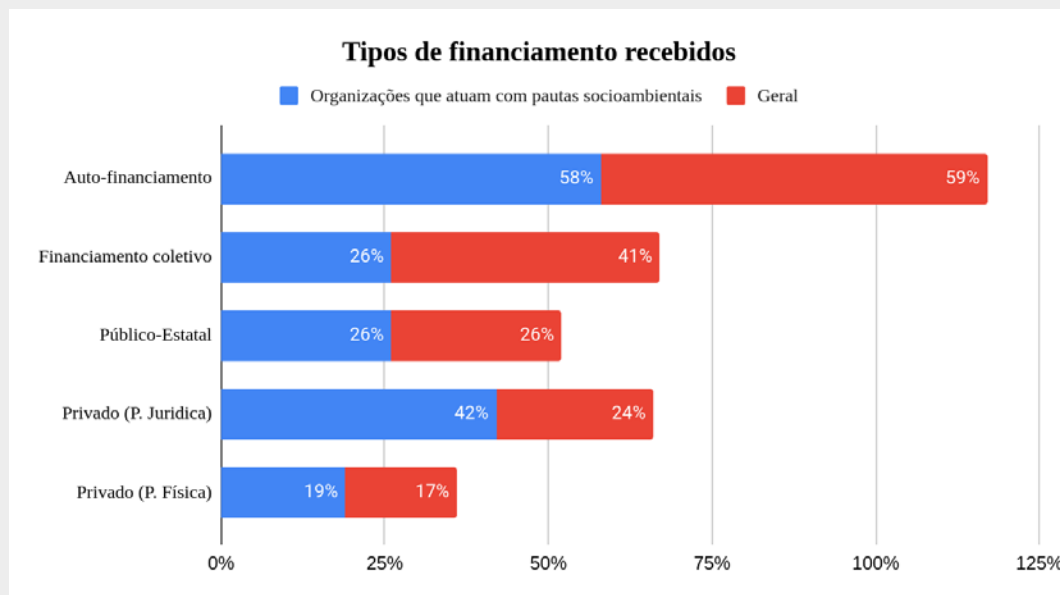
2. DISPONÍVEL EM: “RACISMO AMBIENTAL E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NAS CIDADES”: [HTTPS://POLIS.ORG.BR/ESTUDOS/RACISMO-AMBIENTAL](https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental)

3. PORTO, JOANA; CARMO, RAFAEL. PLURALIDADE DAS PERIFERIAS BRASILEIRAS: A CONJUNTURA INDÍGENA NO CONTEXTO URBANO. IN: RAMOS, PAULO; ET ALII (ORGS). PERIFERIAS NO PLURAL [LIVRO ELETRÔNICO] – SÃO PAULO: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2023. P. 169 – 183. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://FABRAMO.ORG.BR/PUBLICACOES/WP-CONTENT/UPLOADS/SITES/5/2023/12/PERIFERIAS-NO-PLURAL_FINAL_15_01.PDF](https://fabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2023/12/PERIFERIAS-NO-PLURAL_FINAL_15_01.PDF). ACESSO EM: 02 FEV. DE 2024

lação dessas entidades em torno de espaços de interlocução com o Estado. Sabendo-se a centralidade dos conselhos na elaboração e monitoramento das políticas públicas, a participação de organizações que pautam questões socioambientais nesses espaços é de extrema importância para o engajamento da sociedade civil com esse tema e aprimoramento das políticas de meio ambiente.

Outra comparação que chama atenção se refere ao financiamento dessas organizações. Enquanto no mapeamento de modo mais amplo predominam formas de autofinanciamento (59%), seguidas pelo financiamento coletivo (41%), público-estatal (26%), privado de pessoa física (24%) e privado de pessoa jurídica (17%), os mapeados que atuam na causa socioambiental recebem mais do que o

dobro de financiamento privado de pessoa jurídica e dependem 15% a menos de financiamento coletivo, conforme o gráfico abaixo. Essa diferença pode refletir um processo histórico de aumento de financiamentos privados a projetos socioambientais como consequência de acordos e reuniões internacionais como a Rio-92⁴ (AMARAL, 1995)⁵.



FONTE: MAPEAMENTO DE COLETIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS DAS PERIFERIAS BRASILEIRAS

Os dados expostos acima permitem uma compreensão mais detalhada da atuação das organizações periféricas que atuam com temas socioam-

bientais e fazem parte do mapeamento do Projeto Reconexão Periferias. Destaca-se principalmente como, apesar das adversidades, essas enti-

dades parecem conseguir manter relações simultâneas com os territórios periféricos, a institucionalidade e o setor privado. ■

4. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, REALIZADA PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 1992.

5. AMARAL, SERGIO SILVA DO. MEIO AMBIENTE NA AGENDA INTERNACIONAL: COMÉRCIO E FINANCIAMENTO. ESTUDOS AVANÇADOS, [S.L.], V. 9, N. 23, P. 237-246, ABR. 1995. FAPUNIFESP (SCIELO). [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S0103-40141995000100015](http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000100015)

Percorrendo o território Mura com a pedagogia da afirmação indígena

TANÃMAK¹

FOTO: REDES SOCIAIS

O território Mura que percorro com a pedagogia da afirmação indígena é o Rio Yrurí, rio que treme, atual Madeira, e alguns lagos ligados à sua bacia hidrográfica, correspondente ao Estado de Rondônia e Amazonas. O povo Buhuaren, como eram denominados os Mura antes do contato com os colonizadores, continua presente em todo o Rio. Para o lado de Rondônia estamos em contextos ribeirinhos, extrativistas e urbanos, para o lado do Amazonas, além desses contextos, há também os territórios demarcados e os em reivindicação.

A pedagogia da afirmação indígena consiste em uma prática pedagógica baseada nas tradições indígenas que envolvem a valorização da percepção de mundo indígena, seus modos de ser, de viver, de se alimentar, festejar, celebrar, trabalhar e se curar. Essa percepção foi aos poucos sendo delineada a partir do momento em que eu e meus dois filhos, Antorokay Mura e Atatuyky Mura, passamos uma temporada fora do nosso território na época em que eu estava cursando doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP), mas só foi conceituada como pedagogia após o diálogo com a pedagogia Griô, por meio da dissertação de mestrado de Márcio Caires, com a qual tive a oportunidade de colaborar². Foi quando olhei para tudo o que estávamos fazendo e me dei conta de que praticávamos a pedagogia da afirmação indígena.

TANÃMAK (MÁRCIA MURA) É DOUTORA EM HISTÓRIA SOCIAL PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

1. TANÃMAK É MEU NOME ESPIRITUAL DADO POR NAMATUYKY. MÁRCIA MURA COMO SOU CONHECIDA NO MOVIMENTO INDÍGENA. MÁRCIA NUNES MACIEL NOME DO REGISTRO DE NASCIMENTO.

2. A ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PEDAGOGIA NO CAIRES MÁRCIA GRIÔ. E NA DISSERTAÇÃO DE MARCIO CAIRES ELE TRAZ PRESENTE AS FUNDAMENTAÇÕES DESSA PEDAGOGIA: [HTTPS://PEDAGOGIAGRIIO.COM/FILES/2023/12/EL_CAIREIS-M%C3%A1RCIO-PEDAGOGIA-GRI%C3%B4-E-O-ENCANTADO-DO-GRI%C3%B4-APRENDIZ-FINAL.PDF](https://pedagogiagriio.com/files/2023/12/EL_CAIREIS-M%C3%A1RCIO-PEDAGOGIA-GRI%C3%B4-E-O-ENCANTADO-DO-GRI%C3%B4-APRENDIZ-FINAL.PDF)



FOTO: TANAN MURA

Estar fora do território é tornar-se o outro, muitas vezes exótico, mas também considerado como uma diferença com uma cultura específica que pode ser valorizada nas partilhas de conhecimento. Apesar do olhar exótico que foi projetado sobre nós, houve também uma possibilidade de nós mesmos nos percebermos melhor e entender que somos portadores de uma cultura que gera pertencimento e conhecimento. À medida que éramos convidados para colaborar com o repertório cultural da língua nheengatu, começamos a perceber que, apesar de

não sermos falantes dessa língua, a cultura vivenciada por nós a configura. Assim, essa partilha foi se estabelecendo nas aulas de nheengatu, das quais participávamos no curso oferecido como atividade extracurricular, coordenadas pelos estudantes da USP, entre eles, Antônio Neto, abertas à comunidade. Nessas ocasiões, eu, Antorokay e Atatuyk compartilhávamos práticas culturais que fazem parte do nosso dia a dia quando estamos no território, na relação de aprendizagem com nossos parentes sanguíneos e de afinidades. A partir daí, paramos para pensar

quantos conhecimentos tínhamos e passamos a fazer essa prática de conhecimentos com diferentes coletivos, por meio de intervenções e vivências culturais indígenas nos espaços abertos da USP, e também a aceitar convites vindos de outros departamentos da Universidade. Dessa maneira, foi possível colaborar a partir de nossos conhecimentos culturais com o grupo de estudo do nheengatu, com um dos projetos de extensão comunitária do museu de arqueologia e com a escola de aplicação da Faculdade de Educação, ambos da USP.

Quando estamos em nosso território, mesmo em contextos ribeirinhos, extrativistas e urbanos, imersos em nossa cultura, aprendemos com os mais velhos e fazemos parte do processo de transmissão de conhecimento por meio da tradição oral e do fazer na prática.

A pedagogia da afirmação indígena em contexto ribeirinho e extrativista é necessária como processo de recuperação de memória, pois ainda que nesses espaços a cultura indígena mantenha-se viva, ela é amalgamada na cultura ribeirinha. Já nos espaços urbanos, corpos, rostos, espíritos daqueles que tiveram suas memórias indígenas sequestradas circulam sem se perguntar sobre sua própria origem indígena e passam a viver inseridos na lógica da cidade, mesmo que, no interior de suas famílias, as práticas alimentares, medicinais e relações parentais apresentem o modo de ser indígena, invisibilizado. Somente quando há um deslocamento para fora do território ele passar a ser visto

como outro por causa dos seus fenótipos, modos de falar, pensar e agir é que acontece o olhar para si e a reação de afirmação ou negação desse modo de ser indígena.

Para nós, estar fora do território nos possibilitou perceber melhor o quanto somos portadores de saberes que foram repassados por nossos mais velhos, por meio da tradição oral que alimenta a nossa prática. Foi também oportunidade de construir relações com parentes indígenas da auto afirmação do contexto urbano e os dos territórios indígenas de São Paulo e outros que circulam por lá que também nos fortaleceram em nosso pertencimento indígena. Dessa maneira, eu e meus dois filhos voltamos para nosso território mais conscientes da importância de tornar nossa casa, onde já vivenciávamos com nossos familiares, outros parentes indígenas, amigas e amigos não indígenas partilhas culturais, um espaço de vivência indígena e acolhimento

entre parentes, aliadas, aliados. Assim nasceu o espaço cultural “Maloca Querida” e também iniciamos a articulação de um grupo de afirmação indígena em Porto Velho e mais tarde a formação do Coletivo Mura.

Antes da temporada em São Paulo já realizávamos incidência política por meio do ativismo (arte com ativismo), fazendo intervenções políticas em defesa de direitos trazendo a arte em suas diferentes representatividades por meio da nossa atuação no Instituto Madeira Vivo. Também tínhamos consciência da nossa origem indígena, mas estar fora nos fez sentir a falta das relações com os parentes, da nossa alimentação, do nosso lugar e, no diálogo com outros indígenas, nos damos conta da importância política da nossa afirmação indígena. Isso caminhou junto com a intensificação do movimento de retorno aos espaços territoriais de contexto extrativista e ribeirinho e o começo do nosso encontro com os Mura

do Itaparaná e Jauari no decorrer do processo de puxar os fios de memórias indígenas na pesquisa e escrita da tese de doutorado, do qual meus filhos, meu companheiro, minha mãe e outros familiares fizeram parte. No entanto, após essa temporada fora do território “Amazônia” pudemos nos entender melhor dentro de uma Amazônia Mura. Depois de voltar para o território pudemos restabelecer as relações de parentescos, nos afirmarmos Mura e sermos reconhecidos pelos outros Mura do Amazonas, ainda que esse processo tenha iniciado desde a estada em Manaus durante o mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, onde já passei a mudar as chaves de compreensão do meu lugar no mundo e de construções de leituras enquanto pesquisadora. Acredito que somente por ter tido essa experiência na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) durante o mestrado consegui iniciar esse caminho de me perceber melhor enquanto pessoa e intelectual amazônica,

sem deixar de considerar, também, que na graduação me deparei pela primeira vez com uma história, embora ainda com uma visão de algo do passado sem interligar com o presente, que trazia a existência dos povos indígenas do Rio Madeira e da região do Pará, de onde veio meu bisavô materno, conhecimento esse que gerou os primeiros embasamentos para meus sentimentos de pertencimento indígena.

Todas essas fases de conhecimentos, ativismo nas causas indígenas, entrada na universidade, graduação em história, pesquisas em história oral no decorrer de toda a

formação de pesquisadora, envolvimento com a memória da minha avó, ponto inicial para chegar até as outras mais velhas e outros mais velhos, para puxar os fios de memórias indígenas, mestrado em sociedade e cultura na Amazônia na UFAM, ida com meus filhos para São Paulo durante o doutorado em História Social pela USP, os engajamentos indígenas em São Paulo e Porto Velho/RO e aos poucos no movimento local, regional e nacional, o restabelecimento de parentescos, o encontro com os Mura do Amazonas e reconhecimento deles sobre nosso pertencimento Mura, foram dando forma para essa



FOTO: IREMAR ANTÔNIO FERREIRA

pedagogia da afirmação indígena. Não foi a nossa ida de forma isolada para São Paulo, mas tudo que já vínhamos constituindo muito antes até me entender como gente navegando nosso rio de memória, adentrando os espaços das florestas e vivendo também na cidade, sempre conduzida por minha avó materna. Não posso esquecer também que o ponto inicial de retorno para a vida do outro lado do rio se deu no decorrer do meu envolvimento, enquanto Instituto Madeira Vivo, com as comunidades constituídas às margens do rio no enfrentamento à hidrelétrica de Santo Antônio que perpassou por minha atuação acadêmica e aos poucos meu caminhar de volta para minha origem indígena e para o encontro com meu povo. Tudo isso sendo repassado para meus filhos, que também viveram esse processo de aprendizagem da nossa

cultura com nossas e nossos mais velhos.

Seguimos os caminhos das águas que vêm sendo percorridos desde nossos antepassados, recuperando nossas memórias por meio da pedagogia da afirmação indígena. Nossas rodas de literatura indígena oral e escrita, trocas de saberes, construção do espaço das malocas dos saberes e dos roçados tradicionais, o fortalecimento das relações de parentescos, atuação na literatura com a escrita de nossas memórias e outras artes como ferramenta de luta³ têm confluência com o que outros parentes indígenas têm praticado no campo da educação, como faz Cristine Takuá, e vivências culturais como vem fazendo Tamikuá Txihí no seu espaço cultural “Toca da Onça”⁴, na terra indígena Itakupé em São Paulo. ■

Referências

TAKUÁ, Cristine. Teko Porá, o sistema milenar educativo de equilíbrio, Rebento, São Paulo, n. 9, p. 5-8, dezembro 2018.

CHAVES, Marcio Caires. Pedagogia Griô e o encantado do griô aprendiz: caminhada de iniciação de um educador, contador de histórias e mediador político, 2021.

FERREIRA, Lucas Maciel, MARCIA NUNES. Vivencia Sagrada: Despertando A Ancestralidade MURA, 1ª ed. Porto Velho-RO: Educar, 2022.

MURA, Márcia. Tecendo Memória do Povo Mura e Outros Parentes, Pacha Mama, Rio de Janeiro, 2022.

FERREIRA, Iremar Antônio. Os Peixes Sentem: Manifesto dos Peixes Pela Vida, publicação independente, Porto Velho-RO, 2021.

3. DENTRE AS NOSSAS ESCRITAS DESTACAMOS A REVISTA “VIVÊNCIA SAGRADA: DESPERTANDO A ANCESTRALIDADE MURA” ESCRITA POR MIM E ANTOROKAY MURA POR MEIO DO PRÊMIO CULTURAL DO EDITAL DA LEI ALDIR BLANC; O LIVRO “TECENDO MEMÓRIA DO POVO MURA E OUTROS PARENTES” ESCRITO POR MIM TAMBÉM POR MEIO DO EDITAL DA LEI ALDIR BLANC E O LIVRINHO “OS PEIXES SENTEM” DE IREMAR ANTÔNIO FERREIRA, PUBLICAÇÃO INDEPENDENTE.

4. [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/FABRICASDECULTURA/VIDEOS/TOCA-DA-ONCA%3%A7A-TROCA-DE-SABERES-IND%3%ADGENAS/3110408305916094/](https://www.facebook.com/fabricasdecultura/videos/toca-da-onca%3%A7A-TROCA-DE-SABERES-IND%3%ADGENAS/3110408305916094/)

O Rio quer fazer as pazes com sua natureza

ISAÍAS DALLE

Tainá de Paula, secretária municipal do Ambiente e Clima da capital do Rio de Janeiro, nasceu e viveu na periferia e acredita que parte significativa das ações que a cidade precisa para sobreviver às mudanças climáticas também passa pelas periferias e favelas.



FOTO: ACERVO PESSOAL

Arquiteta e urbanista, pós-graduada em Patrimônio Cultural e mãe da Aurora, Tainá foi eleita vereadora pelo PT. Dois anos depois, foi convidada a conceber e comandar uma nova política para as questões ambientais e climáticas da Cidade Maravilhosa. E isso envolve tantas outras questões políticas, se não todas.

Tainá sabe que o caminho é longo e não se esgota neste ciclo. Mas acredita firmemente que os passos que estão sendo dados serão transformadores e vão pavimentar o caminho, numa cidade que ainda

não encontrou, de fato, um novo modelo que faça jus a todo o potencial que têm.

Acompanhe os principais trechos da entrevista:

Numa entrevista recente, você disse que o Rio não é uma cidade adaptável. Você comentava sobre mudanças climáticas e alterações que essas mudanças trarão ao desenho da cidade do Rio de Janeiro. Não é uma previsão um tanto sombria?

A gente está falando de uma cidade-metrópole, uma cidade que dialoga com setores da sociedade

tão numerosos. Acho que é desafiador pensar nisso à luz das nossas grandes cidades, que não versam apenas sobre o Brasil, mas também sobre questões mundiais.

Não à toa que Rio, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, figuram aí como cidades de estudo, de diálogo internacional para os desafios do século XXI. E quando se fala de Rio de Janeiro é preciso dizer que a cidade que passou por um processo pós-escravista de desenvolvimento econômico e urbano do século XX sem dialogar sobre o seu



TAINÁ E EDUARDO PAES, PREFEITO DO RIO DE JANEIRO. FOTO: REDES SOCIAIS

desenvolvimentismo, as suas periferias e as suas favelas e que não resolveu, do ponto de vista pragmático, os seus problemas, os seus enclaves, as suas questões.

O Rio de Janeiro talvez tenha um dos maiores repertórios de projetos urbanos, de moradia, tanto pilotos como de larga escala, mas que ao longo deste mais de um século de debate de estratégias não conseguiu chegar a uma definição sobre o fato de que 25% do seu território ainda são áreas periféricas de grande vulnerabilidade socioambiental.

E 40% do território do Rio de Janeiro já passou por alguma crise climática ou alguma grande ocor-

rência climática que não se resolveu. Estou falando sobre deslizamentos, enchentes e, obviamente, desabamentos, desastres maiores, como recentemente a gente passou na minha Acari, no bairro de Acari, Jardim América e Pavuna. Eu estou falando das encostas mais íngremes, aquelas áreas de risco de que tradicionalmente a gente falou muito, debateu muito ao longo do século XX e não resolveu: remove ou não remove, realoca ou não realoca? Qual é a discussão qualificada teremo de alternativa à produção de moradia?

À luz da crise do morar, saímos de um grande ciclo de produção do Minha Casa Minha Vida, que inclusive foi promovido pelo governo lulo-

petista. E voltamos ao ciclo neste Lula 3 com os mesmos problemas, com as mesmas contradições colocadas. O que fazemos com o nosso déficit habitacional de risco? Como é que a gente fala das soluções baseadas na natureza? Como é que se naturaliza a perda dos nossos rios e lagoas? Só 6% da água como um todo, nossa água acessível, do lençol freático, estou falando dos nossos corpos hídricos, são de fato potáveis.

Porque o Rio de Janeiro perde a sua grande potência de pensar ser uma cidade protagonista de uma outra relação com o desenvolvimento.

No pós-pandemia tomamos um golpe das crises alimentar, hídrica, da falta de acesso à água, de recursos hídricos, de saneamento. Foi preciso ter um ponto de não-retorno. É preciso ter uma cidade cada vez mais responsável com o campo, com o alimento, com o modo de produzir. Porque a crise alimentar e a crise hídrica vêm aí.

É preciso neutralizar com

mais árvores tudo o que se emite, o que se produz e o que se destrói. Há uma ideia de que se pode tudo na cidade, ser irresponsável do ponto de vista ambiental, porque aqui fica o desenvolvimento. É lá no campo, lá na floresta, os indígenas. Uma ideia romântica de distância dessa floresta que é quase a negação da floresta. No debate da preservação e das nossas prioridades ambientais, isso acabou.

Secretária, você falava de um século de caminhos equivocados na urbanização da cidade. Provavelmente se referia ao botabaixo do prefeito Pereira Passos em 1924. Realmente. E falou também de um ponto de não-retorno. Tem retorno? Há o que fazer? E esse mandato, essa gestão, tem algum projeto que possa dar início a isso?

Claro. Eu estou muito dedicada aqui no Rio de Janeiro a fazer dois movimentos. Como é que a gente diminui, por exemplo, a nossa escala de emissão de gases, que é algo que a gente está con-

seguindo produzir aqui na cidade, melhorando o nosso manejo de resíduo sólido, fazendo uma discussão de replantio em uma maior escala.

Isso tudo já se está tratando de fazer e traduzir em dados e projetos mais intensos. E na outra ponta, a agenda do simbólico, aquela que vai nos levar até 2030 e a que precisa nos guiar até 2050, que acho que são dois pontos chave cruciais para a gente disputar a agenda ambiental.

Falando primeiro de agenda concreta, eu estou muito empenhada em organizar o nosso cadastro de emissões. Quais são os grandes setores produtores de emissão de gases de efeito estufa na cidade? E aí eu já destaco dois. A

gente tem o grande vilão, que é a indústria como um todo. Algumas refinarias e um setor industrial que ainda não fez a sua transição ecológica, energética. E temos feito acordos e termos de ajustamento de conduta para que essas empresas façam a sua transição ecológica até 2030 e até 2050, ou seja, implementado filtro nas suas turbinas, o projeto de reflorestamento numa lógica que é de obrigatoriedade.

Eu acho que a discussão ambiental na lógica do mercado de carbono é um caminho, mas precisa vir acompanhada de responsabilização, reparação ambiental, que não é algo que o mercado de carbono gosta de tocar. Na verdade, é o que a gente chama de a lavagem verde. Senão



FOTO: REDES SOCIAIS

fazem algumas ações para inglês ver e está tudo pago, tudo resolvido. Não adianta nada você comprar o crédito e não ir diminuindo a sua emissão.

Compre uma indulgência e continua a cometer os mesmos pecados.

É a tal da medida compensatória que não compensa coisa nenhuma. Em outra chave, é importante falar do transporte. Eu entrei na secretaria com dois grandes problemas. O prefeito Eduardo Paes tinha acabado de fazer uma grande compra em ônibus. A gente tem aqui um sistema BRT que recebeu um grande investimento, inclusive do governo federal, e investiu no ônibus a diesel. Já estavam comprados. Eu falei: 'Olha, vamos pelo menos fazer a

compra de filtros e adaptar esses nossos ônibus'. E conseguimos adaptar essa leva de novos ônibus para dar conta da filtragem da emissão de gases que ele produz e, claro, colocar atrelados à contratação dos novos ônibus do Rio a partir de agora, todos eles a partir do combustível de energia limpa.

Na outra linha, como é que se acelera o reflorestamento do Rio? E o Rio de Janeiro tem um dado curioso que não é uma das cidades com menor capacidade de reflorestamento, não. A gente consegue dar conta de 40 a 45 hectares por ano, em média. Mas temos, por outro lado, uma capacidade de desmatamento muito grande, que chega a 100, 120 hectares por

ano.

Ou seja, minha capacidade de reflorestar está com menor densidade em comparação à minha capacidade de desmatar. Então, estamos aumentando as florestas, implementando novas espécies, ampliando a capacidade de neutralizar os gases de efeito estufa das nossas florestas.

Temos as duas maiores florestas urbanas do mundo e toda a composição de matas, bosques que as acompanham: a floresta Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca. E, ao lado disso, estamos implementando a tecnologia que a gente antes só usava no campo, que é a inteligência artificial e a utilização de drones para construir florestas. Vamos dizer aqui no bom português, para todo mundo entender: florestas artificiais com plantio artificial, mas que se aceleram no tamanho da nossa pressa. A gente precisa ter mais árvores até 2030 e ainda mais até 2050. Não podemos esperar o plantio natural



FOTO: REDES SOCIAIS



REUNIÃO DA COOPERATIVA PELA PURIFICAÇÃO DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO. FOTO: REDES SOCIAIS

e o plantio mecânico dos nossos mutirões de reflorestamento.

Mecanismos como o de lançar sementes por drones, por exemplo?

Sim, é isso. É usar a inteligência artificial para indicar as espécies que faltam em determinados biomas, determinados bosques, pequenas florestas que já foram, inclusive, objeto de reflorestamento.

Antigamente era muito comum adotarmos uma espécie, no máximo duas espécies, para o reflorestamento, porque a ideia era que ter sombra, verde, árvore, já era suficiente.

Queremos garantir que a gente tenha uma floresta secundária, uma flora, uma floresta densa daqui a cinco, dez anos, para de

fato ter densidade vegetal, que é o que garante a minimização, a neutralização desse gás carbônico.

Qual é a meta de reflorestamento deste mandato?

A meta para 2030 é dobrar a capacidade de plantio, com 30 hectares por ano em 2022. No ano de 2023, quando eu assumi a secretaria, passamos a 45 hectares. Eu já quero em 2024 chegar a 70 hectares. E até 2030 a nossa meta no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio é literalmente dobrar. Fazer chegar a 90 hectares por ano a capacidade de plantio. E aí a gente começa a acompanhar o desmatamento, que vem basicamente de três setores: construção civil, milícia e crescimen-

to linear das favelas, dos territórios vulneráveis existentes. E este, hoje, é o menor componente. O que já foi uma preocupação ambiental no Rio de Janeiro nos anos 1960, 1970, quando a periferia cresceu de forma muito acelerada, hoje é um crescimento muito mais vertical do que horizontal da favela, da periferia. A nossa discussão são principalmente os territórios de loteamentos irregulares na franja entre Rio de Janeiro e Baixada, em áreas que são loteadas por uma milícia que migra dos seus serviços informais – gatonet, venda do gás – e passa a vender lotes. Essa é a nova dinâmica de ocupação territorial do Rio, nas franjas ambientais, áreas que não estão disponíveis de modo formal ao estoque imobiliário.

Existe uma crise da terra impulsionada por setores paramilitares narco milicianos que operam, a lógica da droga e do grande narcotráfico, mas também têm interesse na venda e na expropriação de determinados territórios. A disputa da terra ainda con-

tinua sendo uma grande questão no Brasil, inclusive na pauta ambiental.

Complementando um pouco a pergunta de como é que estamos atuando. Falei das frentes pragmáticas. Como é que se neutraliza o carbono, como dar conta dessa crise e qualificar melhor a atuação de proteção e conservação ambiental. Do outro lado, fazemos também algo muito estratégico, que é aumentar a capacidade de debate ambiental na cidade. Ampliamos o nosso programa de educação ambiental criando dois eixos específicos voltados para as mulheres, principalmente para as mulheres negras de periferia, que são as Guardiãs das Matas. Elas fazem a discussão ambiental direto nos seus territórios, nas suas favelas, sem que seja algo estrangeirista, de gente educadora ambiental, que sai do asfalto, vai pra favela falar o que é crise ambiental, climática. Não. Temos uma gestora ambiental que é da favela.

Esse é um projeto criado pela tua gestão, em par-

ceria com as pessoas que moram nas favelas, nas periferias?

Exato. Depois da COP, da última conferência do clima, e depois da discussão com o nosso governo, inclusive estamos preparando um piloto de nacionalizar essa ação em conjunto com o Ministério das Mulheres, formando mulheres de Norte a Sul do Brasil. É algo que, na minha opinião, é a chave do debate ambiental do século XXI, que, diferente do século XX, não conseguiu entrar na veia da realidade territorial de chão, dos rincões do Brasil.

E é muito desafiador ter mulheres que são as guardiãs naturais de seus territórios, as sacerdotisas, que literalmente guerreiam por sua proteção, formularem e forjarem políticas ambientais construídas ali, no chão.

Quantas guardiãs você já conseguiu trazer para esse projeto? E é também uma forma de complementar renda, certo?

Claro. Elas ganham [a primeira turma é compos-



TAINÁ COM O PRESIDENTE LULA. FOTO: REDES SOCIAIS

ta de 125 guardiãs] uma bolsa-auxílio durante todo o processo de formação e depois elas passam por um processo de seleção. Passada a formação, têm acesso ao salário. Um outro programa muito inspirado e, na verdade, em continuidade ao diálogo das guardiãs, também na chave ambiental, mas ampliando para a escala global, são Jovens Negociadores pelo Clima, que discutem clima muito numa perspectiva de conectar outras periferias do Sul global e do Norte global. Também para fazer os debates sobre as periferias, inserindo uma discussão de que nós não vamos pagar a conta sozinhos.

Os jovens são os mais impactados pela crise climática. É muito importante falar de financiamento, é muito importante, ho-

ENTREVISTA COM TAINÁ DE PAULA



TAINÁ COM A EX-PRESIDENTA DILMA E COM A DEPUTADA FEDERAL BENEDITA DA SILVA. FOTO: REDES SOCIAIS

je, territórios de favela, de periferia, estarem nas mesas de negociação. E aí eu fiquei superfeliz de ter sido a formuladora e a comunicadora entre uma periferia que até então não tinha voz e não participava dessas reflexões, levando uma delegação pela primeira vez das periferias do Rio de Janeiro para a última COP realizada lá em Dubai, em dezembro.

E lá na COP, você recebeu também alguma experiência que pode ser adaptada aqui para o país, para a cidade do Rio?

Estou muito encantada com as soluções locais, tanto da Índia quanto dos países do sul da África, no investimento que eles têm tido no resíduo, da produção em larga escala de lixo. De resíduo urbano, principalmente, que é algo que promove lixões

clandestinos, numa escala que hoje está sendo cada vez mais global.

Isso também é uma realidade brasileira. Nós estamos importando lixo, que é muito mais barato enterrar. Além de trazer lixo para cá no navio, no container, enterram num terreno de uma periferia do Rio de Janeiro, numa periferia do Estado de São Paulo. As grandes corporações já estão fazendo isso. E aí, quando a gente começa a refletir sobre produzir melhor, precisamos fazer produtos recicláveis, reciclar, diminuir a quantidade de resíduo e pautar as cadeias produtivas.

É um ecossistema que começa desde o gerador, as grandes empresas, as grandes indústrias. Muito por conta desse meu diálogo, surge a iniciativa da Fábrica Verde. Aqui no Rio estamos construindo a primeira fábrica de economia circular do Estado do Rio de Janeiro, que transforma alguns setores do nosso resíduo em novos produtos e recondiciona diversos materiais para utilização em novos produtos.

Onde fica essa fábrica? Ela vai ter capacidade de produção em grande escala?

Na Avenida Brasil. E vai ter escala, sim. Nosso projeto é que dê conta de todos os nossos complexos de favelas, com um grau de prioridade. Entendemos o seguinte: quais são os territórios mais vulneráveis e mais sensíveis ao resíduo hoje? Então, acessar todos os territórios que têm lixão clandestino, como é que se garante esse ecossistema? Como é que melhora a qualidade desse ecossistema e territorial, garantindo a eliminação do lixão? A Cidade de Deus, a eliminação dos lixões da Rocinha, favelas que têm lixões. Como melhorar a coleta seletiva de bairros que são grandes geradores? Exemplo: o maior bairro que gera resíduo eletrônico hoje é Copacabana. Queremos garantir que 100% do lixo eletrônico de Copacabana vá para a Fábrica Verde e a gente consiga recondicionar. O Rio de Janeiro é uma cidade que não possui aterro sanitário, transporta o resíduo para outra cidade e paga para enterrar

o lixo. Hoje gastamos, em média, cerca de R\$ 2 bilhões por ano enterrando o lixo com o contrato de aterro. Sem contar o transporte, a gasolina.

Uma espécie de imperia-
lismo do lixo, digamos.

Eu quero brincar de ficar viva aqui depois dessa nossa conversa. Eu já falei da milícia, da máfia de drogas e do extrativismo brasileiro, que têm interesses territoriais também, e estão aí espalhando os seus interesses econômicos. E agora cheguei na máfia do lixo, as mesmas empresas que invadem literalmente diversos municípios e fazem consórcios a partir de empresas “laranjas”, “fantasmas” e inviabilizam a lógica de participação do processo, tanto de catação, de coleta desse resíduo porta a porta e dos grandes geradores dos catadores, que são solução, na verdade, para muitos dos gargalos, mas são inviabilizados pelas grandes empresas de resíduos.

Por que é que inviabilizam? Porque conseguem entrar nas grandes licitações, cujas especificida-



FOTO: REDES SOCIAIS

des impedem que médias empresas ou cooperativas entrem de forma legítima e de forma equiparada aos grandes conglomerados.

Você tem projetos que já estão em implementação. Onde a cidade do Rio de Janeiro vai captar investimentos para isso. O PAC está na lista? O recém-lançado plano Nova Indústria? E aproveito e coloco uma segunda pergunta: como enfrentar as máfias que existem em mais de um ramo de atividades? Quem é que vai te ajudar?

Há uma primeira estratégia e talvez a mais importante. É um dever de casa que eu tenho feito. Conscientização e educação ambiental não é algo menor. E aí eu falo da mudança de hábito. A gente pode achar que é pouco, mas todo mun-

do sabe que jogar lixo no chão, guimba de cigarro no chão, seja por uma multa municipal, seja por hábito, é ruim pelo comportamento, mas é também ruim do ponto de vista ambiental.

Todo mundo que encontra um animal silvestre sabe que ele tem um nível de proteção. Ele tem uma importância. Todo mundo que derruba uma árvore sabe que está cometendo um crime. Isso são extratos de processos de anos de massificação da pauta ambiental, do debate. E aí, quando há programas estratégicos como os Guardiães da Mata, os Jovens Negociadores pelo Clima e outro que estabelecemos, os Guardiões dos Mares, para proteger os mangues, é muito importante produzir o movimento de educação ambiental, de aproximação das pessoas, do mangue, de aproximação do manguezal. Fizemos o contrato de educação ambiental com uma atriz que eu adoro, Tereza Seiblitz, que fez uma peça chamada *Caranguejo*, e que temos levado às esco-

las, aos atos de periferia, principalmente aquelas que têm manguezal, pra justamente discutir a importância do caranguejo, do mangue, da fauna e da flora e, claro, dos componentes que formam esse novo ideário da função do mangue na cidade do Rio de Janeiro. Assim se deve fazer com tudo: um projeto de educação ambiental para o resíduo, um processo de educação ambiental para coleta seletiva. As favelas, as periferias, elas são educadas a sobreviver, a compreender que o espaço que habitam não é importante. Então o menor dos seus problemas vai ser o lixo.

Eu acho que a grande crise ambiental que a gente vive hoje está muito associada à ausência de uma educação ambiental mais robusta, mais cuidadosa e específica para cada realidade, para cada território.

Você e sua equipe estão construindo parcerias com a Secretaria de Educação? Pensaram em fazer excursões pelo patrimônio ambiental do Rio de Janeiro, levar as crianças de ônibus?



TAINÁ COM ANIELLE FRANCO, MINISTRA DA IGUALDADE RACIAL. FOTO: REDES SOCIAIS

Isso ainda existe? Quando eu era criança, tinha.

Existe. Fizemos aqui no Rio, todas as escolas municipais, em algum momento das suas férias, custeadas pelas secretarias de Habitação, de Educação e de Meio Ambiente, acessaram uma unidade de conservação perto do seu bairro. E aí pode ser algo tolo, mas é importante falar que eu sou uma mulher que veio da Praça Seca, de uma favela chamada Loteamento, ou seja, nem tinha nome, e só fui acessar uma floresta, uma unidade de conservação, com praticamente 18 anos de idade, na minha maioridade. Ir à Floresta da Tijuca, a uma unidade de conservação com equipamentos ambientais, com guia, com educação ambiental, com atividades ao ar livre, é um processo de construção. É o que a gente precisa cada vez mais naturalizar para as

nossas crianças.

Você me provocou assim: “como é que o nosso governo está chegando junto”. Eu tenho batido muito nessa tecla junto à ministra Marina Silva e ao Ministério das Cidades. E acho que o PAC pode ajudar muito nisso. Como é que se criam projetos estratégicos, continuados para as áreas de crise ambiental? A rede de drenagem de 15 anos atrás já não dá conta da precipitação do hoje. É preciso readaptar inclusive os projetos de adaptação já feitos 15 anos atrás. As chuvas de 30, 50 anos atrás, tinham um volume pluviométrico que acontece agora de dois em dois anos. É preciso estar com o orçamento para lidar com a crise, para lidar com problema, para lidar com as perdas e danos que são anuais.

Algo que eu tenho pro-

vocado muito no governo é que se não se estimula um fundo climático de perdas e danos que dê conta das capitais que são diretamente atingidas pela crise climática, não é possível dar conta de adaptá-las ao longo do ano. Só se dá conta da crise, enxugando gelo.

Existe hoje a perspectiva de que cuidar do meio ambiente possa ser um bom investimento. Isso faz sentido? A reconstrução do Rio de Janeiro não pode ser uma grande oportunidade para reaquecer a economia? Os empresários estão de olho nisso?

Acho que sim. Mas ao mesmo tempo há uma grande contradição. Pensar o desenvolvimento sustentável é automaticamente algo superinteressante do ponto de vista econômico. Mas estamos falando do capitalismo, que não necessariamente está interessado no desenvolvimento econômico e sustentável de uma cidade, de um Estado como o Rio de Janeiro, que é periferia global, onde as sedes das grandes empre-

sas de quem realmente importa não estão. Ou seja, as elites econômicas, produtivas, o grande capital financeiro não estão nessa periferia global. O que importa a qualidade ambiental, já que eu não estou lá?

Mas e o capital nacional? Não tem interesse?

É por isso que o Lula lançou o pacote da Nova Indústria. Aí eu estou muito casada, fechada com o lulismo, nesse debate.

Você está elogiando um projeto do ministro da Indústria e vice-presidente Geraldo Alckmin.

O Geraldo é essa coisa, esse chuchu maravilhoso. Brincadeiras à parte, o Geraldo Alckmin, neste momento, o que ele quer? Uma indústria nacional. Ele quer o desenvolvimentismo clássico do presidente Lula, associado a uma pauta de transição ecológica, de transição energética do século XXI. Essa mistura se mete entre a alquimia, entre o capital produtivo que, na minha opinião, precisa ser reconstruída totalmente desse ecossis-

tema de Brasil.

Hoje a gente tem mais capital rentista que capital produtivo. Precisamos dos capitalistas produtivos, aqueles que querem produzir, ter a classe trabalhadora junto e querem avançar. Esses são raríssimos e quase inexistentes. É preciso que tenha intervenção do Estado para promover esse tipo de capital.

Por isso, esse pacote para uma nova indústria, ambiental e socialmente referenciada, é fundamental. No outro sentido, a coisa não vai sozinha, né? E aí, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com investimento tanto na infraestrutura e logística. Eu quero empresas ambientalmente responsáveis nos bairros, mas é preciso que este bairro que vai receber a indústria brasileira ambientalmente referenciada tenha estrutura em parte de logística, com infraestrutura limpa, que tenha saneamento básico garantido nesse bairro. E aí entram o desenvolvimento das cidades, a agenda do Ministério das Cidades, a

ENTREVISTA COM TAINÁ DE PAULA

da indústria, que precisam andar muito casadas, e talvez seja algo que a gente não tenha conseguido fazer. Nem Lula 2 e nem o Dilma 1 e 2.

E eu queria repetir a pergunta sobre segurança, porque existem máfias e infelizmente não dá pra pensar essas coisas sem falar disso. A Secretaria de Segurança tem te apoiado de forma consistente?

Temos uma parceria multifuncional que pega o Ministério Público, as áreas de inteligência da Polícia Civil, Militar, mas é algo muito sensível. Aqui no Rio de Janeiro tivemos a preocupação de ter um coronel liberado para dar conta da patrulha e defesa ambiental, porque, fundamentalmente, lidar com defesa ambiental no Rio é dialogar diariamente com os territórios de milícia, os territórios de tráfico. Não tem muito jeito de a gente não fazer esse tipo de debate, de enfrentamento paralelo a isso. E o governo federal, na figura do nosso então ministro Flávio Dino, estabeleceu uma cooperação com a

Prefeitura do Rio, para manter uma inteligência comum, principalmente focando no monitoramento da expansão urbana, da atuação das milícias e do tráfico.

Temos praticamente 70% dos nossos territórios ocupados por milícia e apenas 30% dos territórios ocupados por tráfico. Isso é uma inversão muito significativa do tipo de controle que existe, que é a milícia.

Elas estabelecem uma dinâmica de venda também do território. A venda do lote, a venda do apartamento, da casa, é parte fundamental da renda geral desta operação da milícia, frente à escala que se consegue alcançar vendendo um apartamento de R\$ 200 mil, de 400 mil em áreas ocupadas por milícias.

E é uma estratégia de ocupação de território também.

Vamos falar claro. Eu crio novos territórios de atuação, não só de atuação, de presença, mas também de controle. Se eu crio novos



COM A PRIMEIRA DAMA, JANJA. FOTO: REDES SOCIAIS

bairros, eu crio novas prefeituras da milícia, novos acordos da milícia. É onde esses territórios ganham força. O prefeito Eduardo Paes tem sido muito taxativo, muito contundente nessa atuação.

Na minha opinião, dos problemas mais difíceis aqui do Rio, eu posicionaria a milícia em primeiro. Em segundo lugar, eu posicionaria a crise climática. Em terceiro lugar, a dificuldade de geração de emprego e renda e de desenvolvimento econômico do Rio.

Mas você acredita que as medidas que estão sendo construídas apontam um bom rumo? Está otimista com a superação desses problemas?

Não no curto prazo. Em se tratando de Rio de Janeiro, eu vejo, claro, a necessidade cada vez maior de uma incidência do go-

verno federal. Não sou favorável a uma intervenção federal, mas gostaria muito de um posto avançado da inteligência no Rio de Janeiro. Eu acho que a Polícia Federal precisa lidar mais diretamente, mais frontalmente com a milícia. O Rio de Janeiro precisa de um olhar atento do governo federal.

O rumo político que o Estado do Rio de Janeiro tomou não se desconstruíu e não está diferente, passando por toda a tragédia da conjuntura política dos últimos 20 anos. Nesse sentido, eu desacredito em algum arranjo, algum enfrentamento de fato.

O que eu acredito é que é fundamental nós construirmos uma massa política em 2026 que retire esse espectro político que está no poder hoje e volte a ter uma corregedoria que consiga fazer uma limpa do ponto de vista institucional, nas principais cabeças da corporação da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado.

O Rio de Janeiro confundiu a tal ponto a sua política e o crime que,

na minha opinião, hoje é tudo a mesma coisa. Então, acho que se a gente não der uma varrida nesse cenário político, continua nesse ciclo vicioso de não ter para onde correr quando o assunto é milícia, quando o assunto é crime organizado.

Você quer acrescentar alguma coisa?

Ah, eu quero. O que eu quero fazer é um chamado, uma convocação para que a gente continue acompanhando o Reconexão Periferias, que, na minha opinião, foi uma das iniciativas mais potentes do nosso campo, mais potentes dos nossos setores do Partido dos Trabalhadores, pois reúne uma

série de figuras que estão, na perspectiva de refletir a esquerda, de discutir os processos dos diversos Brasis que a gente tem, com uma meta, um desafio muito claro de transformar e de pensar uma outra sociedade cada vez mais comum, mais diversa e mais justa. Então, de cara, agradeço aí aos nossos acadêmicos, mas aqueles que negam o dogmatismo da universidade, que constroem no chão das nossas realidades, os nossos saberes, nossos fazeres e esses futuros possíveis. Eu sou talvez romântica, mas eu confio muito concretamente na possibilidade de construir um outro Brasil, um outro futuro. ■



FOTO: REDES SOCIAIS

Quando novas personagens entram em cena

GILMAR SANTOS, VEREADOR DE PETROLINA

ROSE SILVA



FOTO: DIVULGAÇÃO

Natural da cidade de Juazeiro-BA, servidor público, educador e licenciado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE), ele tem uma trajetória de serviços prestados à rede de educação pública e privada em Petrolina e Juazeiro, nas disciplinas de História, Filosofia, Sociologia e Artes. É militante do movimento negro, pela Frente Negra do Velho Chico.

Gilmar foi feirante por mais de 20 anos. Iniciou sua militância político-social junto à Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e no Movimento Estudantil (secundarista e universitário).

Ele é autor do PL que institui o primeiro Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa de Pernambuco, hoje Lei municipal 3.330/2020.

Gilmar Santos é filiado ao PT há mais de 20 anos e foi eleito pela segunda vez vereador em Petrolina (PE), representando o projeto do Mandato Coletivo (PT), com importante atuação nas pautas envolvendo direitos humanos e minorias políticas.

Em junho de 2023, tornou-se líder da bancada de oposição na Câmara de Petrolina.

Por que o senhor decidiu ser parlamentar? Como iniciou sua atividade política?

Minha carreira política iniciou a partir do momento em que eu passei a morar no bairro Jardim Maravilha, em Petrolina, onde a luta dos vizinhos por diversos

direitos, desde saneamento básico, unidades de saúde, escola e pavimentação foi levando as pessoas a frequentarem também espaços pastorais da Igreja Católica. No bairro Ouro Preto, que fica ao lado, diversas freiras e alguns padres passaram a organizar essas duas comunidades. Eu estava ali desde os oito anos e percebi que havia uma movimentação diferente em relação a outros espaços. Desde a adolescência eu participo da Pastoral da Juventude do Meio Popular, que é uma organização da Igreja Católica, onde passei, junto com outros jovens, a compreender a importância da política. Participei também do movimento estudantil, principalmente como estudante universitário, e do Conselho Popular de Petrolina, que era uma organização que articulava associações de moradores. E, mais tarde, me filiei ao Partido dos Trabalhadores, em meados dos anos 1990, a partir da orientação de alguns companheiros e companheiras que com-



SEMINÁRIO DE CONSTRUÇÃO DO I FÓRUM POPULAR DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EM PETROLINA. FOTO: REDES SOCIAIS

prendiam o PT como o espaço estratégico para quem vinha dessa formação social. E passei a entender a importância de ocupar esses espaços institucionais. Depois tornei-me professor também da rede pública de ensino e cada vez mais fui estimulado por estudantes, por colegas professores, mas também por militantes de movimentos sociais do próprio PT a participar como candidato. Digo sempre que a escolha não é minha, e sim de uma construção coletiva que foi se constituindo ao longo dos anos.

Como é para alguém que veio do movimento social e popular, como o senhor, com uma trajetória importante no movimento negro, tornar-se parlamentar?

Todo esse processo de participação junto aos movimentos sociais eu tenho trazido para o mandato, já que sou professor e temos utilizado muito essa expressão de que todos os nossos espaços de relações sociais e movimentos sociais são pedagógicos. Houve ali um acúmulo de aprendizados, de muita troca de experiências junto a diversos companheiros e companheiras das lutas. Aqui no município tínhamos a pauta social como algo muito importante e passamos a compreender que as desigualdades eram estruturadas pelo racismo. A partir daí desenvolvemos diversas ações, entre elas a Semana da Consciência Negra, principalmente no local onde moro atualmente, o bairro José Maria, onde

mora uma parcela significativa da população negra. Todos esses espaços de aprendizado, de formação, pedagógicos da luta me estimularam a compreender que era necessário estar na Câmara Municipal representando esse segmento e apresentando também propostas de mudanças diante da realidade profundamente injusta e desigual que envolve aqui o município de Petrolina.

O senhor está no seu segundo mandato, o que pode significar também que houve uma aprovação de sua atuação no parlamento, por isso foi reeleito. Dos seus planos desde os anos iniciais até os atuais, o senhor acha que tem conseguido cumprir -os? Qual é a prioridade do seu mandato hoje?

Costumo dizer que a luta política exige uma compreensão da história para entender o tamanho do desafio que nós temos dentro dos movimentos sociais, do Partido dos Trabalhadores e dessa representação política. Petrolina é um municí-

pio que caminha hoje para uma população de 400 mil pessoas e tem uma história marcada pelo poder e dominação oligárquica. Temos aqui a família Coelho que há mais de 70 anos domina politicamente a região, é uma das famílias coronelistas do Estado de Pernambuco. O senador Fernando Bezerra era o líder do governo Bolsonaro no Senado, e, por sinal, é a família também que apoiou o golpe de 2016. A campanha eleitoral em que eu fui eleito em 2016, ano do golpe, trazia muitas inquietações sobre como iríamos enfrentar toda essa estrutura. Compreendemos naquele momento que era necessário construir uma proposta de mandato coletivo. Desenhou-se uma proposta de articular os movimentos sociais, organizar núcleos diversos de articulação política e formação e, a partir deles, envolvendo os diversos segmentos de cultura, educação, saúde, de luta por moradia. Assim criaríamos uma atmosfera local de enfrentamento a essa

estrutura. Porém a realidade é bastante adversa e mais desafiadora do que o que a gente imaginava. Pegamos um contexto de profunda crise dos movimentos sociais e esse avanço violento do neoliberalismo, que tem desarticulado bastante as diversas organizações. Isso dificultou em alguma medida a nossa ação, mas não impediu que nós fizéssemos essa representação pautando diversas lutas, diversos direitos aqui no município. Entre eles nós temos a educação, que faz parte naturalmente, da minha luta pela minha formação enquanto professor, mas também na área de saúde, na luta por moradia. Nós temos aqui um desafio gigantesco relação à moradia, mas devo destacar que a pauta racial é a pauta mais significativa do ponto de vista estratégico para o nosso mandato. Então nosso mandato conseguiu uma articulação junto aos movimentos antirracistas e aprovamos o primeiro Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado de

Pernambuco. Petrolina, que tem hoje mais de 70% da sua população negra, tem um estatuto, tem uma normativa que protege essa população e promove igualdade de oportunidades. A gente quer muito avançar com a criação do Conselho, de uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e, obviamente, com financiamento.

O senhor é líder da oposição. Quais têm sido suas principais dificuldades?

Estou líder da oposição incrivelmente, a partir de uma articulação de um vereador bolsonarista e um vereador antipetista, daqueles que ferverem nos nossos nervos e dentro de um grupo bastante heterogêneo. São vereadores com perfis diversos e que nem sempre estão fazendo o enfrentamento devido à gestão municipal. Parte desses vereadores são angariadores que saíram da situação, vieram para a oposição e nem sempre cumprem o papel constitucional. O meu dever parlamentar é procurar, em alguma



PARTICIPAÇÃO NA AUTORIZAÇÃO DE OBRA VIÁRIA NAS COMUNIDADES DO OURO PRETO E JARDIM MARAVILHA, EM PETROLINA FOTO: REDES SOCIAIS

medida, fazer a devida coordenação desse trabalho. Mas há sempre um respeito à independência de atuação desses vereadores, porque dificilmente a gente consegue montar uma agenda positiva para defesa de direitos, pois nem todos topam participar dessa construção devido os seus interesses, seja com a própria Câmara Municipal e os seus acordos, seja com a prefeitura. Nós não temos, como grupo de oposição, uma atuação potente do ponto de vista coletivo. Mas independente disso, eu, como líder da oposição, tenho procurado manter o mesmo enfrentamen-

to desde que assumi o mandato, em 2017. E é verdade, sim, que alguns desses vereadores têm aqui e acolá polemizado com alguma denúncia, com alguma ação. Nossa atuação hoje está muito focada a partir daquilo que o mandato acredita, ou seja, fazer a fiscalização, seja na unidade de saúde, nas escolas e junto à política de moradia. A situação da população que hoje está enfrentando desafios nas ruas, sendo violentada, seja em relação à política de segurança pública, com diversos aspectos do nosso mandato que procuramos atender. São 23 vereadores, mas,

QUANDO NOVAS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA



VISITA AO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FOTO: REDES SOCIAIS

lamentavelmente, apenas o nosso mandato tem se destacado na autonomia e na liberdade de apontar as injustiças, mas também de propor ações e melhorar as condições de vida da nossa população.

Aqui no Brasil, a população negra lamentavelmente ainda é muito sub-representada na política. Que conselho daria para pessoas negras que desejam ingressar na política e como o senhor avalia que nós podemos fazer essa pauta avançar no Brasil?

A primeira coisa: precisa estudar história, filosofia, sociologia, estudar

a própria política. Mas, além disso, quem quiser estudar qualquer outra área de conhecimento, estude. É fundamental que a gente compreenda a nossa história, extremamente injusta, haja vista que nós temos uma invasão europeia que sequestrou milhões de africanos e africanas, que dizimou milhões de indígenas no nosso país e que continua através dessa estrutura herdada do colonialismo. Racista, misógina e eurocêntrica, continua permeando todos os espaços possíveis de poder e massacrando, oprimindo, deprimindo e exterminando essas populações, especialmente a negra e a indígena. Então, a política é o espaço de poder que deve ser ocupado pelo nosso povo, pelas nossas comunidades, por quem está se organizando nos movimentos sociais e quer garantir direitos básicos, direitos fundamentais nos diversos espaços do nosso país. É muito importante ocupar esse espaço. Estamos no segundo mandato com uma equipe bastante

representada por pessoas negras, que vêm também das classes populares da periferia. E todos os dias nós aprendemos com a população, com as nossas comunidades, o quanto é importante compartilhar o sentimento, as emoções. Mas, muito mais do que isso, é compartilhar experiência e conhecimento para estruturar uma nova sociedade justa, solidária, participativa, democrática, onde as pessoas tenham realmente igualdade de oportunidades. Nós estamos em um período da história do nosso país em que a violência tem ocupado cada vez mais o lugar da política. E é exatamente nesse contexto que nós, das classes populares, que temos o legado de África, das comunidades indígenas, devemos cada vez mais nos organizar para ocupar os espaços de poder e estabelecer as mudanças que tanto queremos. É isso que a gente tem feito aqui em Petrolina, e temos felizmente recebido e o reconhecimento aqui das nossas comunidades. ■

Instituto oferece educação ambiental na Baía da Guanabara

ROSE SILVA



Fundado há 31 anos, o Instituto Baía de Guanabara (IBG) tem como objetivos o estudo, a pesquisa e a solução dos problemas ambientais, sociais e urbanos, com prioridade na Região Hidrográfica drenante para a Baía de Guanabara, que abrange os municípios

de Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis.

A área foco de atuação do IBG tem sido o Leste da Baía de Guanabara. Suas principais atividades são voltadas à disseminação da informação, educação e políticas públicas ambientais e sociais.

O IBG faz parcerias com a prefeitura, estado e empresas privadas oferecendo atividades educativas nas escolas. E participa do Comitê de Bacia Hidrográfica e outras instituições colegiadas que discutem políticas públicas.

Segundo Aداوري Souza, coordenador da insti-

tuição, o instituto passa por um momento muito complicado por conta da pandemia. “Como todas as nossas atividades eram

com muita gente, então durante a pandemia ficamos isolados e isso nos trouxe um prejuízo enorme do ponto de



PROGRAMA PARCEIROS PELA NATUREZA. FOTO: REDE SOCIAL



OFICINA DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. FOTO: REDE SOCIAL

vista das atividades e do ponto de vista financeiro. Inclusive tivemos uma situação conjugada muito ruim de 2019 para 2020. Tínhamos sido contemplados com um edital da Petrobras para trabalhar com lavradores. Após quatro meses de negociação do contrato recebemos um telefonema dizendo que não mais assinariam. E como não temos fonte de financiamento, ter pedido esse contrato nos baqueou. Em 2022, quando tudo começou a voltar, descobrimos que estávamos com um buraco financeiro e também de espaços,

pois tudo havia mudado muito. Hoje estamos retomando nossos caminhos mas tem sido muito difícil. É como se a gente

estivesse refundando a instituição”, relata ele.

Apesar da ascensão da agenda ambiental nos últimos anos, a situação do Instituto Baía de Guanabara evidencia como as organizações que trabalham com essa pauta ainda enfrentam inúmeras dificuldades para se manter. O problema parece ainda maior quando falamos de organizações periféricas ou que atuam com públicos e territórios periféricos. ■



ESCOLA MUNICIPAL SALGADO DE OLIVEIRA EM SÃO GONÇALO. FOTO: REDE SOCIAL

Diógenes Moura



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Diógenes Moura nasceu na periferia de Piracicaba, onde vive e atua até hoje. Homem preto, gay, há 12 anos desenvolve seus trabalhos artísticos. Começou sua

trajetória aos 10 anos de idade, com a pintura. Depois dos 20 anos, quando entrou na faculdade, trabalhou como educador e professor. Tem pesquisado referências de artistas

afro-brasileiros, gosta de representar em sua arte o samba, imagens futuristas dos Orixás e tem se debruçado sobre a cultura afro-caipira - muito presente em Piracicaba. Tem

ARTE

formação em artes visuais, com tendências afrofuturista e afrocaipira, trabalha preferencialmente com grafite, muralismo e ilustração digital. Tem em seu trabalho uma linguagem midiática sintetizada por cores e linhas.

Uma de suas referências é o Heitor dos Prazeres, compositor, cantor e pintor nascido no Rio de Janeiro que inspirava suas obras no regionalismo e nas favelas cariocas no período dos anos 1930 a 1950. Diogenes também

se inspira em artistas do grafite como o Ógbá, Soberana Ziza, que são referências tanto pelo processo estético de suas obras como pelo empenho que colocam em seus trabalhos e pelas contribuições pessoais. ■



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Fotografias do acervo pessoal do artista:

INSTAGRAM: [@dioorgenesmoura](https://www.instagram.com/dioorgenesmoura)



Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Exposição Coletiva “Subversão Expressão”

Data: Todos os dias
Onde: Sesc Estação Saudade - R. Fernandes Pinheiro, 77 - Centro - Ponta Grossa, PR. Ingressos: Gratuitos.
[Informações aqui](#)

Exposição: E o silêncio Nagô calou em mim

Data: entre 15/11/2023 a 14/04/2024, das 10h às 20h
Onde: Galeria de Fotos do Centro Cultural Fiesp - Av. Paulista, 1313 - São Paulo, SP. [Informações aqui](#)

Exposição fotográfica “PICO” - Fotografia como sobrevivência

Data: de 20/2 a 4/4, das 8h às 20h
Onde: Sesc Maringá - Av. Duque de Caxias, 1.517 - Zona 7, Maringá - PR
Ingressos: gratuitos
[Informações aqui](#)

I Fórum Internacional de Gestores de Universidades em Território de Fronteira: refletindo sobre a Universidade Federal da Pan-Amazônia (Unipam)

Data: entre 20 e 22/2, das 8h às 18h
Onde: Universidade Federal do Amazonas - Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I - Manaus - AM
Inscrições: gratuito
[Informações aqui](#)

CineLiteratura

Data: 21/2, das 14h30 às 15h30
Onde: Sesc Medianeira - R. Riachuelo, 1791 - Centro, Medianeira - PR
[Informações aqui](#)

Lançamento do livro Onimangá - Brincadeiras Indígenas Guaranis, de Tiago Nhandewa

Data: 24/2
Onde: Museu das Culturas Indígenas - Rua Dona Germaine Burchard, 451 - Água Branca - São Paulo, SP
[Informações aqui](#)

Espectáculo: Maria Bonita Flor de Mandacaru

Data: 24/2 às 15h

Onde: Teatro Sesc Centro - R. 15, 178-298 - St. Central - Goiânia, GO

Ingressos: A partir de R\$ 6,00

[Informações aqui](#)

I EDHAMAZONIA - Encontro Nacional de Psicologia, Educação e Direitos Humanos na Amazônia

Data: De 27 a 29/2, das 9h às 16h30

Onde: Universidade Federal do Amazonas - Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 1200 - Coroados I - Manaus - AM

Inscrições: A partir de R\$ 20,00.

[Inscrições aqui](#)

Oficina: Literatura de Cordel como fonte de informação (Prof.ª Bia Bessa), Vivência: Forró NegaDeza

Data: 28/02, das 14h às 16h

Onde: Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos - Rua Pedro Ernesto, 32, 32/34 Térreo - Gamboa - Rio de Janeiro, RJ

[Informações aqui](#)

I Colóquio dos Grupos de Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas do Uesb

Data: 29/2 das 8h às 21h

Onde: Uesb – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia - Estr. Bem Querer, Km-04 - 3293, 3391 - Campus de - Candeias, BA

[Informações aqui](#)

ÁRCERE ou Porque as Mulheres Viram Búfalos

Data: de 2 a 14/3, às 19h e 20h

Onde: Casa de Teatro Maria José de Carvalho - Rua Silva Bueno, 1.533 - Ipiranga - São Paulo, SP

Ingressos: Gratuitos

Mais informações: entrar em contato (11) 2060-0318

I Simpósio de Artes, Cultura e Patrimônio

Data: de 4 a 6/3

Onde: Uninta | Centro Universitário Inta - Campus Sobral - Sobral, CE

[Informações aqui](#)

4º Conferência Nacional de Cultura

Data: de 4 a 8/3

Onde: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, SDC - Ulysses Guimarães, Brasília, DF

[Informações aqui](#)

I Encontro Internacional / III Encontro nacional / V Seminário de Gênero, Memória e Identidade (GENI)

Data: de 6 a 8/3

Onde: Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - São Luís, MA.

[Informações aqui](#)

I Encontro Nacional "POLÍTICA E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA: desafios políticos e da governança"

Data: de 12 a 15/3, das 9h às 20h

Onde: Universidade Federal do Pará - R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá - Belém, PA

Inscrições: A partir de R\$ 10,00

[Informações aqui](#)

OPORTUNIDADES FEVEREIRO

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital: Vozes por direito e justiça: fortalecendo a autonomia e a ação da sociedade civil	Com a presente chamada, espera-se apoiar projetos que visem o fortalecimento institucional de organizações voltadas ao enfrentamento de violações, defesa de direitos e à promoção dos direitos humanos em suas múltiplas vertentes. O fortalecimento institucional compreende o apoio para manter a estrutura material necessária à realização das ações por defesa de direitos, incidência política (advocacy), ações de mobilização social, atendimento direto às comunidades, atividades de formação, entre outras ações.	Até 29 de fevereiro de 2024	https://www.fundobrasil.org.br/edital/edital-geral-2024-vozes-por-direitos-e-justica-fortalecendo-a-autonomia-e-acao-da-sociedade-civil/
Edital: Mãe Gilda de Ogum	A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por intermédio da Gerência Regional de Brasília (Gereb/Fiocruz Brasília), em parceria com a Diretoria de Políticas para Povos e Comunidade Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial e a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fiotec), por meio do Projeto GEREB 022 FIO 23, têm o prazer de apresentar a Chamada Pública MÃE GILDA DE OGUM para a SELEÇÃO DE PROJETOS DE FOMENTO À ECONOMIA DO AXÉ, À CULTURA E À AGROECOLOGIA DOS POVOS E COMUNIDADES DE MATRIZ AFRICANA E POVOS DE TERREIROS.	Até 21 de março de 2024	https://prosas.com.br/editais/14413-chamada-publica-mae-gilda-de-ogum

OPORTUNIDADES FEVEREIRO

<p>Edital Programa Rouanet nas Favelas</p>	<p>Programa instituído com vistas à promoção da distribuição mais equânime de investimentos em projetos culturais, por meio de apoio a projetos nos territórios de favela de cinco cidades brasileiras, via mecanismo de incentivo fiscal, com ações específicas voltadas a grupos historicamente vulnerabilizados socialmente e menos favorecidos pela Lei Rouanet.</p>	<p>Até 1 de março de 2024</p>	<p>https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/editais/2023/inscricoes-abertas/edital-programa-rouanet-nas-favelas</p>
<p>Prêmio Cidadania na Periferia</p>	<p>Constitui objeto do presente Edital potencializar, reconhecer, valorizar e premiar projetos em andamento, protagonizados pela população periférica, que contribuem para a efetividade dos direitos humanos e da cidadania nos seus territórios.</p>	<p>Até 1 de março de 2024</p>	<p>https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/participacao-social/editais/editais</p>
<p>Edital: Fomento teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e espaços culturais.</p>	<p>A FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO torna público este Edital para seleção simplificada e destinada aos projetos de fomento das áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e espaços artísticos e culturais com ou sem formalização jurídica. Na realização deste Edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a reserva de quotas e implementação de ações afirmativas</p>	<p>Até 29 de fevereiro de 2024</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14382</p>

OPORTUNIDADES FEVEREIRO

<p>Programa FUNARTE aberta 2023 - Ocupação de Espaços culturais da FUNARTE Rio de Janeiro</p>	<p>A presente chamada pública tem por objeto a ocupação dos espaços culturais da Funarte no Rio de Janeiro, via cessão de pauta gratuita, para a realização de projetos artísticos culturais, em seus diferentes formatos: criação, pesquisa, ensaio, residência; apresentações e atividades abertas ao público; ações de formação e intercâmbio, dentre outras.</p>	<p>Até 7 de março de 2024</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/13881</p>
<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>

OPORTUNIDADES FEVEREIRO

Programa de Aceleração de ONGs	A Phomenta, aceleradora de ONGs, está com a pré-inscrição aberta para os seus programas de aceleração. Organizações da Sociedade Civil de qualquer parte do país podem se inscrever e receber em primeira mão as informações quando cada programa abrir inscrições. Os programas de aceleração visam transformar a gestão da organização em um curto espaço de tempo, entre 5 e 7 meses, com ferramentas práticas e conteúdos dinâmicos. São apresentados temas diversos como captação de recursos, priorização, identificação e resolução de problemas, inovação, empreendedorismo e como conseguir parceiros.	Inscrições contínuas	https://prosas.com.br/editais/6486-programa-de-aceleracao-de-ongs
--------------------------------	---	----------------------	---



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR